

Relatório de

INICIATIVAS

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PROPOSTAS ENVIADAS	4
PROPOSTAS ATENDIDAS	7
NOVO MODELO DE REPRESENTAÇÃO	9
MAPA DOS ORGANISMOS DE REPRESENTAÇÃO	10
FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO	11
Distribuição.....	12
Estruturação de Mercado de Capitais.....	19
Fundos Estruturados	26
Fundos Mútuos.....	30
Serviços Fiduciários.....	39
Negociação	42
FÓRUNS DE APOIO	46
Jurídico.....	47
Tributário.....	48
GRUPOS CONSULTIVOS	49
Certificação.....	50
Educação.....	52
Macroeconômico.....	53
Precificação.....	54
Cibersegurança	55
Inovação.....	58
Sustentabilidade.....	66
OUTROS TEMAS	67
Supervisão.....	68
Conselho de Ética.....	69
EXPEDIENTE	70



APRESENTAÇÃO

Nas próximas páginas, há um retrato de todas as iniciativas desenvolvidas pelos organismos de representação da ANBIMA ao longo de 2019.

Esse trabalho é fruto da dedicação de representantes das instituições associadas, que participam voluntariamente dos fóruns e grupos consultivos construindo propostas em favor do desenvolvimento sustentável dos mercados financeiro e de capitais.



SUMÁRIO

3

SOBRE A PUBLICAÇÃO

Cada fórum de representação e de apoio, assim como cada grupo consultivo, tem uma página com o resumo das atividades desenvolvidas ao longo do ano. Elas se dividem entre as que integram ou não o nosso plano de ação 2019.

As iniciativas que compõem o plano contam com um detalhamento maior: é possível conferir os principais temas discutidos, o resumo dos trabalhos e quais os desafios enfrentados. Também mencionamos reguladores, entidades de mercado ou fornecedores com os quais nos relacionamos para levar a iniciativa adiante.

Além disto, a publicação traz a lista de propostas à regulação enviadas e publicadas em 2019.

PROPOSTAS ENVIADAS

Sugestões de melhorias à regulação encaminhadas este ano

DATA	ORGANISMO ANBIMA	INTERLOCUTOR	ASSUNTO
03/05	Fóruns de Gestão de Fundos Mútuos, de Apoio Jurídico e de Estruturação de Mercado de Capitais	Congresso	Envio de emendas à MP da Liberdade Econômica (881), por meio da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), propondo melhorias às regras inicialmente apresentadas para fundos de investimento, além de aprimoramentos à Lei das S.A., com objetivo de redução dos custos de observância.
10/06	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	CVM	Resposta à audiência pública SDM 02/19, sobre OPA (Oferta Pública de Aquisição de Ações). Além de abordar todos os pontos do edital, enfatizamos a importância de uma revisão mais profunda da norma.
06/06	Fórum de Gestão de Fundos Mútuos	CVM	Resposta à audiência pública SDM 01/2019 que trata da atividade de consultoria de valores mobiliários no Brasil por prestadores de serviço não domiciliados no país.
23/08	Fórum de Serviços Fiduciários	CVM e BC	Duas consultas (uma com a CVM e o BC, e outra somente com a CVM) sobre procedimentos adotados pelos prestadores de serviços regulados pela CVM para cumprimento de ordens judiciais via Bacenjud.
30/08	Fórum de Distribuição	CVM	Resposta à audiência pública SDM 03/2019, que busca modernizar a norma dos agentes autônomos de investimento e aprimorar a atividade de distribuição.
13/09	Fórum de Negociação	CVM	Resposta à audiência pública SDM 04/19 sobre as ofertas públicas de distribuição de COEs (Certificado de Operações Estruturadas), de letras financeiras e LIGs (Letras Imobiliárias Garantidas) realizadas com dispensa de registro.
27/09	Grupo Consultivo de Inovação e fóruns de Negociação, de Fundos Estruturados e de Apoio Jurídico	CVM	Resposta à audiência pública SDM 05/19, que dispõe sobre as regras para constituição e funcionamento de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório).
04/10	Fórum de Distribuição	SRPPS	Envio de proposta de aprimoramento à Resolução CMN 3.922, que trata das regras de investimentos dos RPPSs (regimes próprios de previdência social).

DATA	ORGANISMO ANBIMA	INTERLOCUTOR	ASSUNTO
04/10	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	CVM	Resposta à audiência pública SDM 06/19 sobre recompra de debêntures. A proposta busca fomentar o desenvolvimento do mercado secundário, estimulando a realização de mais emissões.
04/10	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	CVM	Resposta à audiência pública SDM 06/19 sobre recompra de debêntures. A proposta busca fomentar o desenvolvimento do mercado secundário, estimulando a realização de mais emissões.
08/10	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	SPE (Secretaria de Política Econômica) e Ministério da Agricultura	Envio de emendas à Medida Provisória do Agro (897), que dispõe sobre patrimônio de afetação (parte que não se mistura com o restante do patrimônio) de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito, entre outros.
08/10	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	SPE (Secretaria de Política Econômica) e Ministério da Agricultura	Envio de emendas à Medida Provisória do Agro (897), que dispõe sobre patrimônio de afetação de propriedades rurais (parte que não se mistura com o restante do patrimônio), a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito, entre outros.
10/10	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	Tesouro Nacional	Consulta Pública do Tesouro para colher subsídios para tomada de decisão a respeito da possibilidade de o Tesouro autorizar a securitização da dívida dos estados brasileiros com garantia da União.
21/10	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	SPE e Congresso	Resposta à audiência pública sobre o Projeto de Lei 3.453, do Senado Federal, que trata de parcerias público-privadas, concessões públicas e fundos de investimento em infraestrutura. Apresentamos nossas propostas de melhorias à Lei 12.431, com foco em debêntures de infraestrutura.
01/11	Fórum de Apoio Tributário	IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais)	Como participantes de subgrupo da IMK, auxiliamos na construção de uma proposta para mudança da Lei 13.043, lançada para regulamentar o empréstimo de ativos. O objetivo das alterações é aprimorar a norma para garantir neutralidade tributária nessas operações, além de viabilizar o empréstimo de novos ativos.
07/11	Fórum de Gestão de Fundos Estruturados	IMK	Como relatores de um subgrupo da IMK, enviamos sugestões à lei que regula os fundos imobiliários (8.668). O objetivo é modernizar a regra, aproximar as às normas dos demais fundos e esclarecer diversos dispositivos, entre eles as responsabilidades dos prestadores de serviço e dos cotistas.
07/11	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	IMK	Como relatores de um subgrupo da IMK, propusemos a criação das notas comerciais e alterações à Lei das S.A, com foco em debêntures.

DATA	ORGANISMO ANBIMA	INTERLOCUTOR	ASSUNTO
07/11	Fórum de Gestão de Fundos Mútuos	IMK	Como relatores de um subgrupo da IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento), apresentamos propostas de melhorias nas regras dos ETFs (Exchange Traded Funds) para harmonização na apuração de imposto de renda nos mercados primário e secundário, transparência para o investidor e maior clareza para a criação de ETF de outros ativos.
07/11	Fóruns de Serviços Fiduciários e de Apoio Tributário	IMK	Como relatores de um subgrupo dentro da IMK, enviamos propostas para criação de um marco regulatório e fiscal mais seguro para os investidores não residentes que aplicam no mercado brasileiro, assim como os prestadores de serviços envolvidos nessas operações.
14/11	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	IMK	Como participantes de subgrupo da IMK, apresentamos comentários à proposta de proteção aos investidores minoritários (class action).
14/11	Fóruns de Estruturação de Mercado de Capitais e de Distribuição	IMK	Como participantes de subgrupo da IMK, apresentamos comentários à proposta para fundos de pensão adquirirem títulos de renda fixa emitidos por companhias fechadas.
18/11	Fórum de Distribuição	IMK	Como participantes de subgrupo da IMK, ratificamos propostas de ajustes nas regras de derivativos e investimento no exterior das entidades abertas de previdência complementar, além de possibilitar operações com partes relacionadas em estruturas de fundos geridos por terceiros.
21/11	Fórum de Distribuição	Susep	Envio de sugestões de ajustes pontuais na Circular 585 para esclarecer a aplicabilidade das regras da CVM sobre taxa de performance e qualificação dos participantes nas estruturas dos FIEs (Fundos de Investimento Especialmente Constituídos).
21/11	Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais	CVM	Envio de proposta de deliberação sobre a dispensa do boletim de subscrição, trazida pela Lei da Liberdade Econômica.
22/11	Fóruns de Negociação e de Estruturação de Mercado de Capitais	IMK	Como participantes de subgrupo da IMK, apresentamos sugestões para viabilizar o hedge cambial para financiamento de infraestrutura.
25/11	Fórum de Apoio Tributário	Secretaria Especial da Receita Federal	Proposta para revogação de dispositivos da Instrução Normativa 1.911 da Receita Federal. Alguns tópicos determinam o recolhimento de PIS/Pasep e Cofins em fundos. Propomos a exclusão da previsão de retenção dessas contribuições em rendimento de fundos de investimento.

PROPOSTAS ATENDIDAS

Sugestões de melhorias à regulação, enviadas neste ou em outros anos, que foram publicadas em 2019

SUMÁRIO

JANEIRO



► Publicada a Instrução Previc 1, que trata dos critérios de seleção e monitoramento para administradores de carteiras e fundos de investimento. A medida atendeu nossas sugestões de inclusão de parâmetros para escolha de gestor em adequação à ICVM 558 e ao questionário de due diligence da ANBIMA.

JUNHO

► Divulgada a Resolução CMN 4.733 que atualiza as regras para emissão de letras financeiras. A norma atende nossas propostas, como: redução do valor mínimo para emissão de letras sem cláusula de subordinação; permitir que as operações de troca da letra possam ser feitas usando o valor de mercado do papel, descontando os impostos; e também permite a recompra do papel com prazo de vencimento de, no mínimo, 36 meses, independentemente de como seja a remuneração.

► Publicação da Instrução CVM 607, sobre os procedimentos relacionados à atuação sancionadora da autarquia. A norma atende várias propostas que enviamos, como diferenciação dos valores de acordo com as condutas dos participantes dos mercados, a celebração de acordos de supervisão (quando os acusados contribuem com as investigações para reduzir as penas ou excluir a punição), entre outros.

► Divulgadas instruções que atendem a propostas encaminhadas em 2018, sobre multas cominatórias (multas diárias aplicadas pela falta de prestação de informações) e pedido de recursos em processos. Na ICVM 608 e na ICVM 609, sobre as multas, há uma lista de situações excepcionais em que o administrador não pode ser impedido de registrar novos fundos, caso esteja em atraso com a prestação de informações de outros produtos. Também foi estabelecida a diferenciação dos valores de algumas multas de acordo com a conduta e colaboração dos participantes envolvidos na irregularidade. A Deliberação 813 também aceita a nossa proposta de que o prazo para recurso deve ser contado em dias úteis, e não corridos.



PROPOSTAS ATENDIDAS

Sugestões de melhorias à regulação, enviadas neste ou em outros anos, que foram publicadas em 2019

SUMÁRIO

JULHO



► Divulgada a Circular 3.954 do BC que altera o Regulamento do Selic sobre a constituição de ônus e gravames no sistema. O modelo acata nossa sugestão de tornar o contrato de garantia público por meio da emissão de certidão pelo Selic.

SETEMBRO



► Divulgado ofício circular 09/19 da CVM com orientações sobre os procedimentos mínimos para gestão de liquidez dos fundos com estrutura máster-feeder. O documento esclarece questionamentos que enviamos ao regulador em 2018.

► Publicada a Lei da Liberdade Econômica (13.874), um marco para a indústria de fundos. O texto atendeu diversas propostas que enviamos por meio da CNF, como a definição do conceito de fundos de investimento e a maior clareza na definição de responsabilidades dos cotistas e prestadores de serviços.

OUTUBRO



► Divulgada a Instrução CVM 615, que determina o fim da obrigatoriedade de registro em cartório dos regulamentos dos fundos, em decorrência das mudanças da Lei da Liberdade Econômica. Esse foi um pleito que apoiamos.

NOVEMBRO



► Apresentado texto substitutivo ao Projeto de Lei 7.063, que trata das parcerias público-privadas. O texto contempla nossas sugestões de melhorias nos projetos de infraestrutura e de alteração da Lei 12.431 – as sugestões haviam sido enviadas para o PL 3.453, e foram contempladas no texto substitutivo.

Novo modelo de

REPRESENTAÇÃO

Em 2019, redesenhamos nossa forma de representar os associados. O motivo? Acompanhar o movimento do mercado, que está mais focado nas atividades do que nos produtos. Elaboramos uma nova estrutura, mais enxuta e com participação de profissionais com maior autonomia de decisão em suas instituições, o que resulta em uma atuação mais eficiente e ágil na aprovação de propostas.

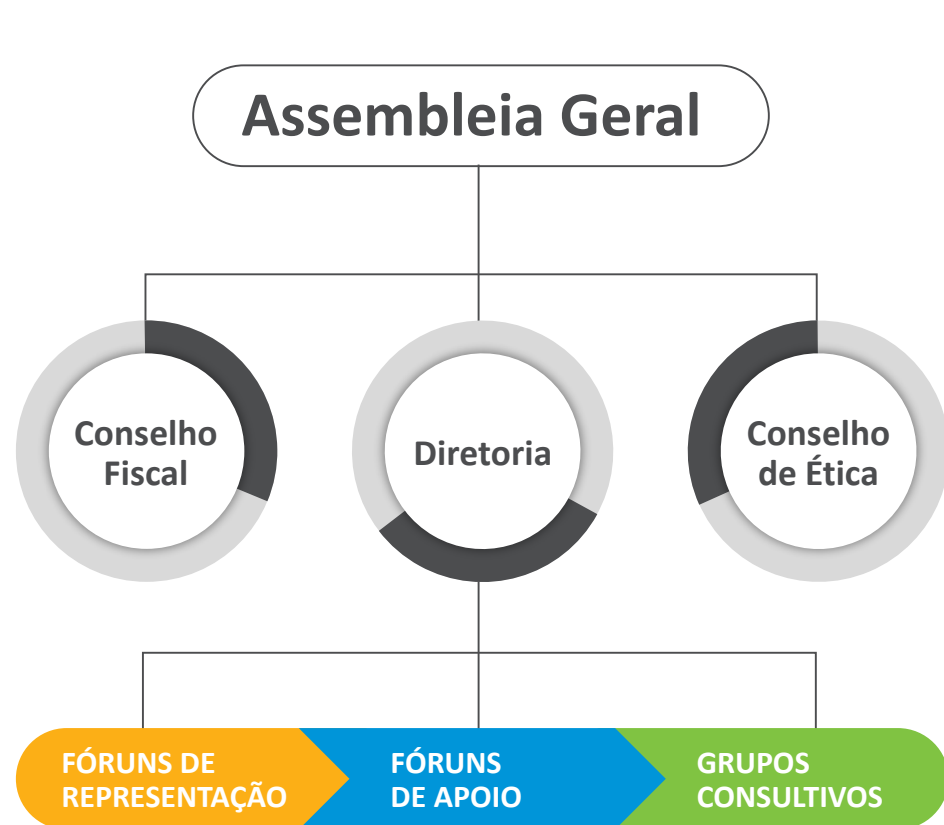
Os antigos comitês e subcomitês deram lugar a fóruns, comissões e grupos consultivos. Entre os fóruns, seis são relacionados à representação de atividades e contam com comissões temáticas – grupos criados de acordo com as necessidades de cada organismo e demandas do plano de ação. Os outros dois fóruns são de apoio, para tratar de temas jurídicos e tributários.

Os grupos consultivos se dividem em permanentes, que dão suporte aos produtos e serviços que oferecemos, e emergentes, que discutem temas essenciais para o desenvolvimento do mercado e podem passar por todos os fóruns, mas não estão incorporados à pauta específica de nenhum deles.

Confira a nova estrutura completa na próxima página.

MAPA DOS ORGANISMOS DE REPRESENTAÇÃO

SUMÁRIO



○ Fóruns □ Comissões □ Permanentes ■ Emergentes

*Atende aos fóruns de Gestão de Fundos Mútuos e de Gestão de Fundos Estruturados.



Fóruns de

REPRESENTAÇÃO

Esses grupos representam atividades do mercado e têm foco em discussões estratégicas. São formados por até 20 profissionais com autonomia para decidir pelas instituições que representam.

A liderança de cada fórum é feita majoritariamente por um membro da Diretoria.

Confira as ações do ano nas próximas páginas.

DISTRIBUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO
DE MERCADO DE CAPITAIS

GESTÃO DE FUNDOS
ESTRUTURADOS

GESTÃO DE
FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

BALANÇO GERAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Aprimorar a atividade de distribuição
- Promover aparato regulatório previdenciário
- Estimular a demanda por produtos de investimentos de longo prazo

INICIATIVAS DO FÓRUM

- Participação na IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento): revisão das regras de investimento das entidades abertas de previdência complementar
- Discussão para ajuste da Circular Susep 585, sobre a taxa de performance e qualificação dos proponentes dos planos previdenciários abertos
- Elaboração de regras para processo de portabilidade dos produtos de investimento

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



SUMÁRIO

DISTRIBUIÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar a atividade de distribuição

INICIATIVA

Desenvolver proposta sobre papéis e responsabilidades dos agentes de distribuição

PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS

- Aprimoramento da regulação dos AAI (agentes autônomos de investimento)
- Avaliação sobre criação da figura de um novo agente de distribuição de produtos de investimento
- Elaboração de normas de autorregulação para o processo de portabilidade de produtos
- Análise sobre a prestação de informações quanto à remuneração dos agentes de distribuição

ENVOLVIDOS

- CVM

RESUMO

Participamos da audiência conceitual da CVM, aberta em julho, para modernizar a regulação dos AAI e aprimorar a atividade de distribuição. Nossas considerações foram enviadas em agosto com foco em três aspectos:

- Melhor definição das atividades do agente;
- Possibilidade de trabalhar com mais de uma instituição intermediária (multipreposição) na oferta de produtos;
- E aprimoramento da atividade do consultor, facilitando o envio de ordens e permitindo a remuneração por produto.

Além disto, compartilhamos nossa intenção de incluir dois assuntos na autorregulação, envolvendo todos os players do sistema de distribuição: a transparência na remuneração e a portabilidade de produtos. A expectativa é que a autarquia divulgue uma consulta pública sobre o tema no primeiro semestre de 2020.

Sobre a portabilidade, as discussões foram divididas em duas fases. A primeira tratou da transferência das posições dos clientes em fundos de investimento de uma instituição para outra. A segunda está em andamento e avalia as melhores práticas para os demais produtos de investimento.

Em relação à transparência, estão em debate regras para prestação de informações aos clientes sobre os custos das atividades e forma de remuneração dos agentes, assim como deixar claro que estes profissionais estão submetidos às regras das instituições intermediárias que os contrataram. O tema será estendido para 2020.

DESAFIO

- Discussão sobre padronização nos processos de portabilidade de produtos e transparência na remuneração

ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS

GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS

GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



SUMÁRIO

DISTRIBUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITALIS

GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS

GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover aparato regulatório previdenciário

INICIATIVA

Buscar harmonização das regras de investimento das entidades abertas e fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios de previdência social

PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS

- Avanços nas regras de investimento para os regimes próprios
- Possibilidade das entidades fechadas aplicarem em ativos emitidos por empresas fechadas
- Ajustes pontuais nas resoluções que tratam dos investimentos das entidades abertas

ENVOLVIDOS

- Susep
- Previc
- SRPPS
- Fenaprevi

RESUMO

As propostas de harmonização das regras estiveram em pauta na reunião preliminar da IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento), em julho. Os avanços sugeridos aos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) foram direcionadas para um grupo de trabalho da SPREV (Secretaria de Previdência), coordenado pela SRPPS (Secretaria dos RPPSs), do qual fazemos parte. A iniciativa está detalhada na página 15.

Em setembro, o colegiado da IMK definiu os temas que integraram a agenda de 2019. Participamos das discussões sobre mercado de seguros e previdência. O assunto foi dividido em dois subgrupos técnicos. Um deles, que tem a CNSeg como relatora, trata das entidades abertas e discute dividir as regras de investimento por tipo de gestão dos recursos da seguradora. O outro subgrupo, voltado para as entidades fechadas, tem relatoria da Previc e debate a possibilidade dos fundos de pensão aplicarem em papéis emitidos por empresas fechadas.

Paralelamente às discussões da IMK, também avaliamos ajustes pontuais às normas das entidades abertas. Nossas sugestões, alinhadas com a Fenaprevi, envolvem o aumento dos limites de alocação em ativos sujeitos à variação cambial e a inclusão de parâmetros de margem e prêmio para os investimentos feitos em derivativos. A expectativa é que o tema seja pautado na próxima reunião do CMN (Conselho Monetário Nacional), na segunda metade de dezembro.

DESAFIO

- Manter interlocução frequente com o governo para o andamento da pauta

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Promover aparato regulatório previdenciário	RESUMO No início do ano, elaboramos um estudo sobre a estrutura dos RPPSs (Regimes Próprios de Previdência Social) para avaliar possíveis melhorias nas normas. Em maio, pedimos para participar do grupo de trabalho da SPREV (Secretaria de Previdência) que atua na revisão das regras desses regimes, formado pela SRPPS (Secretaria dos RPPSs), SPE (Secretaria de Política Econômica), Previc e CVM. As discussões começaram em setembro e, em outubro, apresentamos sugestões de aprimoramento. Os principais pontos abordados foram: harmonização com as regras das entidades fechadas; aumento dos limites de alocação; equiparação das regras à ICVM 558 (que trata da administração de carteiras); e critérios mínimos para seleção dos administradores e gestores dos fundos. O governo formou subgrupos técnicos para avaliar as sugestões recebidas e deve apresentar as conclusões em janeiro de 2020.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Propor melhorias na regulamentação dos RPPSs (Regimes Próprios de Previdência Social)	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Harmonização com as regras das entidades fechadas• Revisão da certificação dos gestores desses regimes• Aprimoramentos nas regras de gestão dos RPPSs• Equiparação dos princípios de gestão com as regras estabelecidas pela CVM para o desempenho dessa atividade	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• SRPPS• Previc• SPE• CVM	DESAFIOS <ul style="list-style-type: none">• Manter interlocução frequente com o governo para andamento da pauta

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
DISTRIBUIÇÃO	Promover aparato regulatório previdenciário	<p>Foi feita avaliação geral das atuais regras de portabilidade dos produtos previdenciários e possíveis entraves na transferência dos planos entre entidades. Também estiveram em análise formas de promover a portabilidade da carteira de investimentos do plano.</p> <p>O tema foi incluído na nossa agenda conjunta com a Fenaprevi e terá desdobramentos no próximo ano.</p>
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Elaborar avaliação sobre portabilidade de produtos	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS	<ul style="list-style-type: none">Levantamento sobre regras de portabilidade dos produtos previdenciários e seus entraves	
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDO <ul style="list-style-type: none">Fenaprevi	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">Alinhamento entre entidades

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
DISTRIBUIÇÃO	Estimular a demanda por produtos de investimento de longo prazo	Realizamos reuniões com consultorias selecionadas para auxiliar no estudo sobre a utilização do FGTS para financiamento de obras de infraestrutura. No entanto, o assunto foi retirado da agenda por conta de mudanças nas prioridades dos temas.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	Elaborar estudo para posicionamento do mercado incluindo avaliação do FI-FGTS (melhorar a regulação para que o FGTS possa ampliar investimentos em infraestrutura)	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS	
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS	<ul style="list-style-type: none">• Uso do FGTS para financiamento de infraestrutura	
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS	DESAFIO

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
DISTRIBUIÇÃO	Estimular a demanda por produtos de investimentos de longo prazo	<p>Realizamos um workshop técnico com a Susep, no primeiro semestre, sobre investimentos no exterior para promover discussões sobre possíveis aprimoramentos nas regras das EAPCs (Entidades Abertas de Previdência Complementar).</p> <p>Em setembro, fomos convidados para participar de um painel sobre segmento imobiliário no 1º Seminário Previc. Na ocasião, apresentamos o funcionamento dos fundos imobiliários e questões operacionais do dia a dia desses produtos.</p> <p>Apesar de não haver novas oportunidades educacionais previstas para este ano em conjunto com os reguladores do segmento, esta é uma iniciativa contínua da Associação que seguirá em andamento nos próximos anos.</p>
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Promover agenda de educação para reguladores e tomadores de decisão	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Investimentos no exterior• Segmento imobiliário	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• Susep• Previc	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Manter agenda permanente
NEGOCIAÇÃO		

DISTRIBUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO
DE MERCADO DE CAPITAISGESTÃO DE FUNDOS
ESTRUTURADOSGESTÃO DE
FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

BALANÇO GERAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Diversificar a base de investidores
- Estimular o volume de emissões
- Fomentar o financiamento de longo prazo

INICIATIVAS FORA DO FÓRUM

- Contribuição com a CVM para criação de norma específica para as securitizadoras
- Orientações ao mercado sobre o vazamento de informações na mídia sobre ofertas públicas
- Participação na IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento) nas seguintes ações:
 - ▶ Relatoria para aperfeiçoamento da nota promissória e redução de custo de observância nas emissões de debêntures
 - ▶ Critérios para aquisição de empresas fechadas pelas EFPCs (entidades fechadas de previdência complementar)
 - ▶ Proteção aos acionistas minoritários (class action)
 - ▶ Propostas de maior eficiência e modernização na garantia imobiliária
 - ▶ Hedge cambial para financiamento à infraestrutura

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Diversificar a base de investidores	RESUMO Elaboração de sugestões para alteração da Lei 12.431, que regula as emissões de debêntures incentivadas, visando:
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Estimular a participação das pessoas físicas e dos investidores institucionais na aquisição de ativos de longo prazo	<ul style="list-style-type: none">• Criar alternativas para atrair investidores institucionais;• Abrir a possibilidade de emissão de bonds com benefício de isenção de IR na remessa de lucros (withholding tax) para atrair os investidores estrangeiros;• Flexibilizar as regras de enquadramento da carteira dos fundos de infraestrutura;• Ampliar de 24 para 60 meses o prazo para reembolso de despesas já realizadas no projeto de infraestrutura.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Alterações na Lei 12.431, que regula as emissões de debêntures incentivadas	<p>Em junho, tivemos uma reunião com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia para tratar destas alterações da Lei 12.431, alinhando os conceitos da proposta às nossas sugestões.</p> <p>Em setembro, participamos da audiência pública pela Comissão Especial do Senado Federal para tratar do projeto de lei de parcerias público-privadas, concessões públicas e fundos de investimento em infraestrutura. Em outubro, reforçamos a importância de que o estoque das operações seja preservado, caso os incentivos fiscais sejam extintos. Aguardamos a alteração da lei.</p>
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• Sec. de Política Econômica• Receita Federal	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Trâmite legislativo

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Estimular o volume de emissões	RESUMO Elaboramos este ano mais uma etapa do estudo de melhorias nas normas de ofertas públicas, as instruções CVM 400 e 476, visando agilizar e simplificar as emissões. O trabalho contou com o apoio de escritórios externos, que ajudaram na reorganização geral da norma para dar mais clareza às exigências, bem como com o envolvimento da B3. As sugestões adicionais de aprimoramento incluíram: <ul style="list-style-type: none">• Criação de regras específicas para oferta dos produtos estruturados (CRIs, CRAs, entre outros);• Critérios mínimos para as ofertas privadas (safe harbor);• Melhorias nas informações prestadas ao investidor;• Reorganização geral das normas.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Apresentar propostas de melhoria nas normas de ofertas públicas	<p>Sugerimos, ainda, aperfeiçoamento em itens específicos, como revisão dos prazos de análise, tratamento de excesso de demanda, entre outros</p> <p>O material foi aprovado pela Diretoria, em setembro, e enviado para a CVM na sequência. Aguardamos a divulgação da audiência pública.</p>
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Revisão das instruções CVM 400 e 476 de ofertas públicas com objetivo de agilizar e simplificar o processo	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• CVM• B3	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Manter interlocução com a CVM sobre o tema

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Estimular o volume de emissões	RESUMO
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Defender o aprimoramento no aparato legal do mercado de capitais	Discutimos propostas de melhorias na Lei 6.404, que trata das sociedades por ações. O intuito era reduzir os custos de observância (custos que as instituições têm para obedecer a regulação e a autorregulação) e desburocratizar processos. Entre as sugestões, estavam: <ul style="list-style-type: none">• Dispensa da necessidade de divulgação de informações da empresa em diário oficial ou jornais de grande circulação;• Dispensa da necessidade de registro das escrituras de emissão de debêntures em juntas comerciais;• Permissão aos conselhos de administração ou diretorias das empresas para aprovar emissões de debêntures (desde que previsto no estatuto das S.A.s);• Dispensa do boletim de subscrição nas ofertas liquidadas em mercados organizados.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Melhorias na Lei 6.404	As propostas foram enviadas durante a discussão da MP da Liberdade Econômica. A conversão da medida na Lei 13.874 contemplou apenas a dispensa do boletim de subscrição para operações em mercados regulamentados. As demais sugestões são agora tratadas na IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento), que divulgou, em outubro, sua agenda de atuação: somos relatores do tema “financiamento de pequenas e médias empresas”, incluindo propostas de melhorias à Lei 6.404. Estamos trabalhando na elaboração destas propostas para serem apresentadas ainda este ano.
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		DESAFIO
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• IMK• CVM	<ul style="list-style-type: none">• Trâmite legislativo
NEGOCIAÇÃO		

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Estimular o volume de emissões	RESUMO O estímulo ao mercado de acesso é uma pauta da B3 que apoiamos. No começo do ano, a B3 divulgou uma nova política que flexibiliza o valor de emissão de ações para acesso ao Novo Mercado.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Desenvolver propostas de estímulo ao mercado de acesso	A MP da Liberdade Econômica chegou a contemplar proposta para o mercado de acesso, mas a sugestão não entrou na publicação da lei. A IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento) deu prioridade ao tema e estamos discutindo juntamente com a B3 regras de acesso para as pequenas e médias empresas, que consistem em: racionalização na formação de diretoria e conselhos de administração e fiscal; desconto regulatório para o registro de companhia, para registro da oferta pública, para pagamento de dividendo, entre outros.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Formas de incentivo ao mercado de acesso• Nova política da B3, que flexibilizou o valor da emissão para acesso ao Novo Mercado	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• B3• CVM• IMK	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Andamento do pleito

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Fomentar o financiamento de longo prazo	RESUMO Tivemos reuniões com diretoria e equipe técnica do BNDES no primeiro semestre e discutimos sobre o FIDC da carteira do banco de fomento, além de formas de financiamento de longo prazo via mercado de capitais. Em outubro, foi realizada reunião com a nova presidência do BNDES com objetivo de estreitar a parceria, visando atuação conjunta em iniciativas a favor do financiamento de longo prazo. Agendamos para 16 de dezembro nova reunião com a diretoria do banco para debate técnico de propostas conjuntas.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Defender agenda de expansão do papel do mercado de capitais no financiamento de longo prazo em parceria com BNDES	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Formas de atuação conjunta entre mercado de capitais e BNDES• Reconstrução de parceria com a nova equipe do banco de fomento	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• BNDES	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Manter interlocução com a nova presidência e a diretoria do BNDES

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Fomentar o financiamento de longo prazo	RESUMO Ao longo do primeiro semestre, discutimos propostas de melhorias aos modelos de concessão, visando ampliar a segurança jurídica para os players envolvidos nessas operações. Interagimos com o PPI (Programa de Parceria de Investimentos do Ministério da Economia) para apresentação destas propostas.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Defender propostas para aumento da segurança jurídica dos projetos.	Em agosto, sediamos o evento do PPI sobre novos modelos de concessão para as rodovias de Goiás e Mato Grosso do Sul, no qual reforçamos nossas sugestões.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">Melhorias aos modelos de concessão visando maior segurança jurídica aos projetos	Em setembro, participamos da audiência pública pela Comissão Especial do Senado Federal para tratar do projeto de lei de parcerias público-privadas, concessões públicas e fundos de investimento em infraestrutura. Foi apresentado o PL 7063/17 que contempla melhorias ao modelo de concessão e financiamento à infraestrutura.
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">PPI	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">Manter interlocução frequente junto ao PPI

DISTRIBUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO
DE MERCADO DE CAPITAISGESTÃO DE FUNDOS
ESTRUTURADOSGESTÃO DE
FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

BALANÇO GERAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos
- Estimular a demanda por produtos de investimentos de longo prazo

INICIATIVAS DO FÓRUM

- Participação na IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento): relatoria de proposta para modernização da Lei 8.668
- Elaboração de conteúdo para os cursos sobre FIP, FIDC e fundos imobiliários
- Formação do Grupo Técnico de Infraestrutura com o objetivo de fomentar os fundos de infraestrutura

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos	RESUMO
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Apresentar e defender proposta de nova regulação do FIDC	No primeiro semestre, enviamos contribuição à audiência restrita da CVM sobre a estruturação do FIDC. Nossas sugestões incluem a possibilidade de oferta dos produtos aos investidores do varejo como forma de estimular as negociações e dar capilaridade ao produto. Também indicamos a possibilidade de incorporação da ICVM 444, que trata dos FIDCs não padronizados (que podem conter ativos de mais risco, como créditos já vencidos, em recuperação judicial, precatórios, entre outros), na nova regulação dos produtos. Mencionamos, ainda, o detalhamento das responsabilidades do gestor e a adequação às novas modalidades de pagamentos (arranjos de pagamentos, pagamentos instantâneos etc.).
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de oferta de FIDCs para os investidores de varejo e incorporação dos FIDCs não-padronizados na nova regulação sobre os produtos• Responsabilidades do gestor e adequação às novas modalidades de pagamentos	É aguardada a abertura de audiência pública para reestruturação da norma no início de 2020.
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• CVM	DESAFIOS
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO		

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Estimular a demanda por produtos de investimentos de longo prazo	RESUMO Elaboramos uma proposta de melhoria na lei dos fundos imobiliários que sugere alinhar a regra do produto à Instrução CVM 555, que trata dos demais fundos de investimento. Entre as mudanças, estaria o reconhecimento da figura do gestor, pois a lei só trata do administrador. O tema esteve em pauta durante reunião preliminar da IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento), em julho, para priorização na agenda de 2019, e foi apresentado ao Ministério da Economia. O tema foi priorizado na IMK e assumimos a relatoria do assunto e apresentamos a nossa proposta de ajuste à lei para o grupo do governo. A IMK concluirá a entrega do tema em dezembro.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Defender proposta de aprimoramento na lei dos fundos imobiliários	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Modernização da Lei 8.668, que institui os fundos imobiliários, para alinhar o produto aos demais fundos de investimento	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• IMK	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Trâmite legislativo, já que as regras dos fundos imobiliários são estabelecidas por lei federal

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Estimular a demanda por produtos de investimentos de longo prazo	RESUMO Revisão do código de FIP, em conjunto com a ABVCAP, para atualizá-lo frente aos demais códigos da Associação. As alterações têm foco na conduta dos agentes e priorizam aspectos principiológicos, ou seja, que as instituições sigam princípios gerais, em vez de critérios específicos, na hora de cumprir as regras.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Propor agenda positiva para indústria de fundos de investimento em participações (FIP)	A minuta com as alterações ao código foi apresentada e discutida na nossa Comissão de Participações no final de novembro e será encaminhada para aprovação pelo Fórum de Gestão de Fundos Estruturados, no início de 2020.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Aprimoramentos no Código de FIP• Criação de agenda positiva para o produto	Em relação à agenda positiva, foi decidido que o tema será ampliado para todos os fundos estruturados e entrará na agenda de trabalho de 2020.
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• ABVCAP	DESAFIOS

DISTRIBUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO
DE MERCADO DE CAPITAIS

GESTÃO DE FUNDOS
ESTRUTURADOS

**GESTÃO DE
FUNDOS MÚTUOS**

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

BALANÇO GERAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos
- Aprimorar a atividade de distribuição
- Qualificar os profissionais que administram recursos de terceiros
- Estimular a demanda por produtos de investimentos de longo prazo

INICIATIVAS DO FÓRUM

- Participação na IMK: relatoria de proposta para melhoria no ETF de renda fixa
- Elaboração de guia de UCITS (Undertakings Collective Investment in Transferable Securities)
- Criação de cursos sobre investimento no exterior e ETF (Exchange Traded Funds)

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	<p>OBJETIVO ESTRATÉGICO</p> <p>Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos</p>	<p>RESUMO</p> <p>Com foco no aprimoramento das regras da autorregulação para carteira administrada, foi realizado um mapeamento, junto ao mercado, para identificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os perfis dos clientes que utilizam esse veículo; • Os requisitos para criação de carteira administrada; • E riscos e oportunidades relacionadas ao veículo.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITALIS	<p>INICIATIVA</p> <p>Propor aprimoramentos para a autorregulação da carteira administrada</p>	<p>Com base nos resultados, foram definidas três linhas principais para os aprimoramentos: clareza das atividades dos agentes e melhor definição do escopo da carteira; maior transparência na remuneração dos prestadores de serviço e da forma como os produtos são precificados; e criação de uma base de dados das carteiras.</p>
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	<p>PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clareza nas atividades dos prestadores de serviços (gestores e administradores) e definição do escopo da carteira administrada • Transparência: detalhamento da remuneração dos prestadores de serviço e precificação do produto • Inclusão de regras para gestão, aquisição e monitoramento de ativos de crédito privado para composição das carteiras • Criação de base de dados das carteiras administradas 	<p>As propostas de novas regras foram aprovadas em outubro pela Diretoria e ficaram em audiência pública até o dia 11 de novembro como anexo ao Código de Administração de Recursos de Terceiros. As considerações enviadas pelo mercado estão em avaliação e a expectativa é que o anexo seja publicado até o final do ano.</p>
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS	<p>ENVOLVIDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestores e family offices • Private bankings • Escritórios de advocacia • Custodiantes • Agentes autônomos • Plataformas digitais 	<p>DESAFIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar as regras da carteira administrada na autorregulação sem comprometer a flexibilidade do veículo de investimento
NEGOCIAÇÃO		

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



SUMÁRIO

DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos	RESUMO <p>A inclusão de dados de fundos no ANBIMA Data (plataforma de informações lançada em 2018) era uma das nossas ações com foco em redução dos custos de observância, ou seja, os gastos que as instituições têm para cumprir a regulação e a autorregulação.</p> <p>A ideia inicial era desenvolver um sistema único com todas as informações das instituições financeiras sobre fundos, incluindo aquelas que são encaminhadas a outras entidades de mercado ou reguladores. Entretanto, ao iniciar a elaboração do projeto, notou-se que haveria impactos negativos para os administradores adaptarem seus sistemas internos de envio de informações, o que poderia inviabilizar a entrega do sistema em 2019. Por isso, essa parte do projeto será trabalhada em 2020.</p> <p>A partir de então, decidimos desenvolver primeiro a base para consulta de dados incluindo as informações que já foram recebidas e validadas pela Associação anteriormente. Assim, a novidade beneficia toda a indústria, que poderá ter acesso aos dados atualizados de forma gratuita em um único lugar.</p> <p>A novidade estará no ar até o final deste ano, com 58 campos de informações sobre o produto. Entre eles, estão dados cadastrais, prestadores de serviços, dados periódicos (como valor das cotas), movimentações (aplicações e resgates), taxas e documentos relacionados ao fundo.</p>
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA ANBIMA Data Fundos: aprimoramento do recebimento e distribuição de dados e cadastro centralizado de fundos	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Elaboração do projeto piloto de um banco de dados sobre fundos de investimento	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• Gestores• Distribuidores• Administradores	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Criar um projeto que beneficiasse toda a indústria de fundos

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



SUMÁRIO

DISTRIBUIÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos

ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS

INICIATIVA

Desenvolver estudo sobre a criação de novo veículo (holding de investimento)

GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS

PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS

- Responsabilidades dos prestadores de serviço e dos investidores
- Constituição do fundo de investimento como condomínio de natureza especial
- Necessidade de harmonização do Código Civil com legislações específicas que tratam dos fundos
- Criação do regime de segregação patrimonial por classe de fundo
- Possibilidade de dispensa da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor na relação entre condômino e fundo

GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

ENVOLVIDOS

- CVM
- Senado Federal
- Câmara dos Deputados
- CNF
- Secretaria de Desburocratização

NEGOCIAÇÃO

RESUMO

Estava prevista a elaboração de um estudo sobre a criação de um veículo de investimento (similar a investment company) para estabelecer uma nova estrutura jurídica para os fundos.

Após a publicação da Medida Provisória 881, em abril, revisamos a iniciativa. A partir de então, participamos ativamente da discussão sobre a MP junto ao governo e ao Congresso – em especial, com o relator da medida. Em setembro, a medida foi convertida na Lei da Liberdade Econômica (13.874) e contemplou algumas das nossas sugestões. Entre elas, está a definição do conceito de fundo e maior clareza sobre as responsabilidades dos investidores e dos prestadores de serviços.

Logo após a publicação da lei, realizamos um ANBIMA Debate, evento exclusivo para associados, para discutir os impactos da nova norma na indústria de fundos com a participação da CVM.

Agora, estamos discutindo conceitos com a CVM visando a regulação infralegal e a devida implementação dos aprimoramentos trazidos pela lei.

DESAFIOS

- Prazo da MP
- Tramitação no Congresso

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos	RESUMO A Agenda ANBIMA de Gestão de Recursos foi elaborada em parceria com a consultoria EY e entregue aos públicos de interesse (associados, governo, parceiros e mercado) em abril. Ela também foi tema de dois painéis no 10º Congresso de Fundos.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Desenvolver estudo sobre ganhos de eficiência e ações para segurança dos prestadores de serviços de fundos	O documento especifica as tendências para o segmento com base nos mercados internacionais e no cenário brasileiro. Além disto, são estipulados os benefícios que o desenvolvimento da indústria pode trazer para o país, nos próximos cinco anos, em aspectos como geração de empregos, PIB e arrecadação de impostos. O material contém, ainda, uma agenda de ações de fomento ao mercado que consideramos necessária para alcançar esse cenário.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Tendências e desafios para a indústria de fundos• Agenda do setor para responder a esses desafios	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS	ENVOLVIDO <ul style="list-style-type: none">• Consultoria EY	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Estabelecer iniciativas dentro da nossa agenda e do setor que respondam aos desafios identificados pelo estudo
NEGOCIAÇÃO		

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Aprimorar a atividade de distribuição	RESUMO
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Apoiar a ampliação do passaporte regional de fundos	O estabelecimento de um passaporte regional de fundos entre Brasil e Argentina é uma das ações tratadas pela CVM ao longo dos últimos anos, em conjunto da CNV (Comisión Nacional de Valores), órgão regulador argentino. A pedido da autarquia, atuamos nas discussões referentes ao assunto. Em 2018, foram elaborados dois principais documentos relativos a esse projeto:
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS	<ul style="list-style-type: none">• Declaração de intenções: documento em que os dois reguladores afirmam o interesse em estabelecer e participar de um passaporte regional de fundos entre os países, com o objetivo, entre outros, de fomentar os mercados envolvidos;• Minuta do memorando de cooperação: documento que determina as diretrizes e as regras operacionais para criação do passaporte regional de fundos.
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS	<ul style="list-style-type: none">• Questões operacionais para promover a distribuição dos fundos em mais de uma jurisdição	A declaração de intenções foi assinada pela CVM e pela CNV em 2018, mas a minuta do memorando de cooperação ainda está em análise pelos reguladores.
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• CVM• CNV	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Momento econômico e político da Argentina

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Aprimorar a atividade de distribuição	RESUMO A consultoria Na Rua foi a campo para traçar a Jornada do Investimento em Fundos, uma pesquisa que tinha como objetivos entender:
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Desenvolver proposta de documentação dos fundos sob a ótica do investidor	<ul style="list-style-type: none">• Por que os brasileiros investem (ou não) em fundos de investimento;• O que eles entendem sobre o produto;• A quais informações os investidores têm acesso; e• Como escolhem suas aplicações.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Os motivos pelos quais o brasileiro investe pouco em fundos e o que ele entende sobre o produto	Os resultados do levantamento estiveram em discussão: durante uma mesa-redonda no 10º Congresso de Fundos, em abril; no ANBIMA Debate, evento exclusivo para associados, e em apresentação para a CVM, em agosto. Uma proposta de documentação sob a ótica do investidor será desenvolvida com base nos resultados encontrados em 2020.
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS	ENVOLVIDO <ul style="list-style-type: none">• CVM	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Elaborar documentação de fácil compreensão ao investidor, assegurando a qualidade da informação e sem perder segurança na distribuição do produto
NEGOCIAÇÃO		

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Qualificar os profissionais de administração de recursos de terceiros	RESUMO Para nos ajudar a propor melhorias no processo de certificação e de qualificação dos gestores de recursos de terceiros, a consultoria Mercer elaborou um diagnóstico da CGA (Certificação de Gestores ANBIMA). O trabalho foi feito por meio de um job analysis, ou seja, o mapeamento das principais atividades exercidas pelos gestores para verificar se o programa da CGA está alinhado ao que é exigido no dia a dia desses profissionais. Com base em discussões com especialistas, somadas as descobertas obtidas no job analysis, a prova da CGA foi reformulada. O novo modelo é composto por três módulos: um geral voltado para gestão de recursos; outro focado em fundos mútuos; e um terceiro destinado à gestão de produtos estruturados. Em complemento, estamos desenvolvendo um modelo de curso de atualização para a CGA, previsto para ser divulgado em janeiro de 2020. O tema foi aprovado pela Diretoria em novembro.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Elaborar diagnóstico e propor aperfeiçoamento para a qualificação dos profissionais	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Conteúdo de atualização da CGA e reformulação da prova	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• Consultoria Mercer• Profissionais com CGA	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Prazo para conclusão da proposta

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Estimular a demanda por produtos de investimentos de longo prazo	RESUMO Os endowments são fundos filantrópicos cujas carteiras são formadas por doações de pessoas físicas ou jurídicas. O fórum decidiu realizar um acompanhamento desses fundos, sem definição de ação específica.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Contribuir com as discussões sobre a criação de fundos patrimoniais (endowment)	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento dos fundos patrimoniais	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS	DESAFIOS

DISTRIBUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO
DE MERCADO DE CAPITAISGESTÃO DE FUNDOS
ESTRUTURADOSGESTÃO DE
FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

BALANÇO GERAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Diversificar a base de investidores
- Aproximar-se da comunidade de inovação
- Promover agenda de eficiência para a indústria de fundos (ver na página 34)

INICIATIVAS DO FÓRUM

- Participação na IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento): relatoria de marco regulatório sobre domicílio do INR (investidor não residente) e regra tributária dos FIPs
- Envio de propostas à CVM para melhorias no regulamento do Bacenjud (sistema eletrônico de comunicação do Judiciário com o mercado para o envio de informações de ordens de bloqueio, desbloqueio, transferência de valores etc.)
- Atualização nas regras do Arquivo Padrão (documento que uniformiza a troca de informações enviadas pelos fundos para a Previc, seguindo o padrão ISO), que faz parte do Validador ANBIMA/Galgo (sistema de envio de dados para a Associação em parceria com o Sistema Galgo)
- Revisão Código de Serviços Qualificados, incluindo melhorias na redação, criação de regras de cibersegurança e dispensa da obrigatoriedade do envio do relatório de auditoria dos prestadores de serviços

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Diversificar a base de investidores	RESUMO Discussão envolveu o Ministério da Economia e a Receita Federal para criação de um novo marco regulatório para os investidores estrangeiros. Encaminhamos à Receita propostas infralegais sobre domicílio do investidor não residente (INR) e regra tributária do FIP. O tema entrou como um dos prioritários na IMK e vem sendo conduzido com nossa relatoria e coordenação da SPE (Secretaria de Política Econômica). Em novembro, a proposta legal foi enviada à IMK, realizamos uma reunião para apresentação da proposta e esclarecimento de dúvidas e aguardamos mais uma reunião, ainda neste ano, para discutir o tema.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Promover a simplificação e harmonização de regras para atração do investidor estrangeiro	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">Ajuste na Resolução CMN 4.373 e demais regras tributárias relativas à identificação do beneficiário final (ou seja, o responsável pela empresa que recebeu os investimentos)	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">SPEReceita FederalMinistério da Economia	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">Tramite legislativo

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



SUMÁRIO

41

	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
DISTRIBUIÇÃO	Aproximar-se da comunidade de inovação	<p>A consultoria Shawee foi contratada para nos apoiar na realização do primeiro hackathon ANBIMA (competição que tem como objetivo criar soluções para problemas de uma empresa ou de setores específicos).</p> <p>O evento aconteceu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro e reuniu mais de 60 participantes, vindos das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Eles foram divididos em equipes multidisciplinares – cada uma deveria conter profissionais das áreas de engenharia/desenvolvimento, design/experiência do usuário, negócios, marketing e fundos.</p> <p>O objetivo da competição era resolver dois desafios da indústria. Um era sobre melhorar a percepção dos investidores sobre os fundos; o outro buscava inovar para gerar eficiência nos processos do dia a dia dos prestadores de serviços da indústria. Os projetos vencedores foram um sistema único de suitability, chamado de SUS, e uma plataforma com assinatura mensal para aplicação em fundos, a Realize. Além dos ganhadores, o hackathon trouxe outras 11 ideias inovadoras para a indústria.</p> <p>Todos os projetos desenvolvidos foram amplamente divulgados em nossos canais para avaliação de instituições interessadas.</p>
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Realizar hackathon voltado para a indústria de fundos	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">Desafios da indústria de fundos que poderiam ser solucionados com o hackathon	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		DESAFIO <ul style="list-style-type: none">Desenvolvimento de uma ação inédita
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">Consultoria ShaweeDesignersEspecialistas em negóciosDesenvolvedoresEspecialistas em fundosEspecialistas em experiência do usuário	

DISTRIBUIÇÃO

ESTRUTURAÇÃO
DE MERCADO DE CAPITAISGESTÃO DE FUNDOS
ESTRUTURADOSGESTÃO DE
FUNDOS MÚTUOS

SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS

NEGOCIAÇÃO

BALANÇO GERAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Aprimorar a atividade de distribuição
- Ampliar a liquidez (mercado secundário)

INICIATIVAS DO FÓRUM

- Participação na IMK (Iniciativa de Mercado de Capitais, grupo do governo para fomentar o segmento): atuação em discussões sobre hedge cambial para financiamento à infraestrutura
- Discussão sobre a operacionalização da Resolução 4.662, que trata do requerimento de margem de derivativos de balcão (ou seja, troca de garantia bilateral entre as parte de um contrato de derivativos) para mitigar os riscos operações de derivativos
- Revisão de norma e elaboração de proposta sobre operação ativa vinculada (captação de recursos vinculada a um instrumento de crédito)
- Discussão sobre pré-batimento das operações no sistema Selic (pré-conferência em momento anterior ao registro das operações)
- Discussão sobre a restrição ao registro retroativo no sistema Selic.
- Discussão sobre o Projeto de Lei de Câmbio apresentado pelo Banco Central ao Congresso Brasileiro

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Aprimorar a atividade de distribuição	RESUMO O texto do código foi revisado por grupos de trabalho em três frentes: conteúdo geral e questões de compliance; regras para produtos (CCB, derivativos de balcão e coe); preços e índices. A Comissão de Autorregulação do Fórum de Negociação analisa o escopo das atividades de negociação, distribuição e intermediação praticadas pelo mercado para poder estabelecer os limites entre estas atividades, e, por fim, a revisão do texto final do código.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Revisão do Código de Negociação visando estabelecer limites com a atividade de distribuição	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Atualização das regras do Código de Negociação• Definição do escopo das atividades de negociação, intermediação e distribuição	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDOS	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Necessidade de delimitar o escopo das atividades de negociação, distribuição e intermediação via autorregulação

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Ampliar a liquidez	RESUMO Apresentamos propostas de melhorias nos COEs (Certificados de Operações Estruturadas) e nos derivativos de crédito em reuniões com o Denor (Departamento de Normatização e Orientação do Banco Central), em março, maio e junho de 2019.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITALIS	INICIATIVA Apresentar e defender propostas para o desenvolvimento do mercado de derivativos de crédito	As sugestões envolvem expandir a gama de ativos subjacentes do COE, ou seja, aqueles que servem como base para a emissão do produto. Em relação aos derivativos de crédito, a proposta é ampliar o escopo deles, incluindo estruturas que já existem no mercado internacional, tais como CCDS (Contingent Credit Default Swap) e opções de risco de crédito, tendo sempre uma instituição financeira como uma das partes na operação.
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">Melhorias na regulação do COE para viabilizar a emissão desses certificados para ativos subjacentes de crédito (papéis que servem como base para a emissão do COE)Melhorias na regulação de derivativos de crédito	Aguardamos a divulgação de audiência pública ainda em 2019.
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS		
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO	ENVOLVIDO <ul style="list-style-type: none">BC	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">Manter agenda frequente com BC para acompanhamento da evolução da proposta

FÓRUNS DE REPRESENTAÇÃO



DISTRIBUIÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Ampliar a liquidez	RESUMO <p>O trabalho se concentrou na análise das atividades dos formadores de mercado e na padronização da metodologia de cálculo de debêntures. Foram elaborados dois guias para orientar as instituições sobre esses temas, com o objetivo de estimular as negociações no mercado secundário. Ambos foram divulgados em setembro, para os associados e par o mercado, e não são obrigatórios. Saiba mais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Formador de mercado: publicação de guia de melhores práticas para os formadores de mercado. O manual de normas da B3 sobre a atividade de formador de mercado foi atualizado com a colaboração da ANBIMA e será complementar ao guia. Nesse primeiro momento, a atividade de formador de mercado não será incluída na autorregulação, nem terá selo ANBIMA.• Padronização de metodologia de cálculo de debêntures: publicação de guia de melhores práticas com traz orientações para ordenação de cláusulas e padronização da metodologia de cálculo. Por enquanto, não haverá selo ANBIMA para identificar as debêntures emitidas com base na orientação do guia. Será realizado evento em 2020, com a participação dos estruturadores do mercado de dívida e escritórios de advocacia para divulgação do material.
ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE CAPITAIS	INICIATIVA Desenvolver e apoiar iniciativas para o aprofundamento do mercado secundário de renda fixa	
GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURADOS	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Padronização dos parâmetros de atuação, vedações e obrigações dos formadores de mercado• Revisão das fórmulas e metodologias de cálculo das debêntures, em busca de padronização e alinhamento de metodologia com títulos públicos e caderno de fórmulas da B3	
GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS	ENVOLVIDO <ul style="list-style-type: none">• B3	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Implementação do modelo de padronização de metodologia de cálculo de debêntures para novas emissões
SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS		
NEGOCIAÇÃO		

Fóruns de **APOIO**

São o braço técnico dos fóruns de representação. Eles auxiliam nas discussões de propostas e são responsáveis pelos avanços das pautas fiscal, tributária e jurídica.

São formados por até 20 profissionais com autonomia para decidir pelas instituições que representam e têm, na liderança, um membro da Diretoria.

Confira as ações do ano nas próximas páginas.

BALANÇO GERAL

JURÍDICO

INICIATIVAS DO GRUPO

- **Responsabilidade objetiva:** apresentação de uma nota técnica ao PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) sobre a responsabilidade objetiva trazida pela Lei 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas. Quando as instituições públicas contratam empresas privadas para prestação de serviços, estas acabam sujeitas às regras das estatais – no caso da lei, as instituições do mercado seriam responsabilizadas de forma direta por quaisquer atos ilícitos durante a prestação de serviços. Nossa avaliação é que essa responsabilidade não é compatível com os serviços do mercado financeiro e de capitais, como assessoria financeira em operações de fusão e aquisição, na venda de ativos, em reestruturações societárias, entre outros.
- **Revisão do Instrumento de Prestação de Garantias:** contratação do escritório Pinheiro Neto para atualizar o documento, que é utilizado para o estabelecimento de garantias em operações com valores mobiliários. A modificação foi necessária dadas as novas regras de constituição e registro de ônus e gravames sob ativos financeiros, assim como para adequar o instrumento às normas de requerimento de margens. A minuta inicial está em análise pelo mercado.
- **Fim da equivalência de tratamento entre FIDCs e factorings:** atuação como “amicus curiae” (ou seja, amigo da corte, um terceiro com capacidade técnica para auxiliar o tribunal com esclarecimentos sobre as questões do processo) em decisão do Tribunal de Justiça sobre FIDCs. Esses produtos eram tratados como equivalentes às factorings (empresas que compram direitos creditórios), o que trazia restrições à atividade dos fundos, que têm natureza e estrutura diferente dessas empresas, prejudicando também a cobrança dos créditos adquiridos pelos FIDCs.
- **Recuperação judicial e falência:** apresentação de proposta para alteração do Projeto de Lei 10.220, que trata de processos de recuperação judicial e falências. Nossa sugestão, com foco em redução do risco sistêmico, é que o texto da lei mencione, de forma clara, a possibilidade de vencimento antecipado e compensação dos contratos de derivativos e das operações compromissadas após o estabelecimento do plano de recuperação judicial.

TRIBUTÁRIO

JURÍDICO

TRIBUTÁRIO

BALANÇO GERAL

INICIATIVAS DO GRUPO

- **Empréstimo de ativos:** envio de proposta, elaborada em conjunto com a B3, de alteração da Lei 13.043, sobre legislação fiscal e financeira. Nossa sugestão busca garantir a neutralidade das operações com empréstimo de ativos, de modo que os emprestadores estejam sujeitos aos devidos impostos caso estejam na posse dos papéis. Também indicamos a possibilidade de empréstimo com novos ativos, como Títulos Públicos Federais, ETFs de renda fixa, fundos imobiliários, entre outros.
- **Tributação de fundos fechados:** apresentação de texto para substituir o Projeto de Lei 10.638, sobre a aplicação do come-cotas. Nossa proposta inclui a previsão de quem fará o recolhimento do imposto caso as cotas sejam negociadas no mercado secundário. Também sugerimos que a tributação não seja aplicada em determinados casos, como: no estoque dos produtos; em fundos com ativos ilíquidos (preservação dos ativos ilíquidos); e em fundos e investidores com tributações específicas, como os imobiliários e os investidores estrangeiros.
- **EFD-Reinf (escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais):** pedido de prorrogação do prazo de prestação de informações à Receita Federal. A EFD é uma obrigação para as pessoas jurídicas que fazem retenção de imposto de renda na fonte, pagam PIS/Pasep, Cofins e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Ela substitui outras duas formas de declaração: a GFIP (Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) e a DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte). A Receita havia determinado o envio das informações a partir de janeiro de 2020 para alguns casos, mas sem disponibilizar layout nem especificações mínimas para isso, o que inviabilizaria o desenvolvimento de sistemas em tempo hábil para atender a essa exigência. Apesar de não se manifestar formalmente, a Receita sinalizou que o prazo será estendido.

Grupos

CONSULTIVOS

Dividem-se em duas categorias:

- **Grupos permanentes:** que dão suporte às discussões sobre nossos produtos e serviços.
- **Grupos emergentes:** que tratam de assuntos transversais que não estão totalmente incorporados aos fóruns. Eles não têm duração definida.

Os coordenadores de todos os grupos são profissionais selecionados pela Diretoria.

Confira as ações do ano nas próximas páginas.

GRUPOS CONSULTIVOS

CERTIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO

MACROECONÔMICO

PRECIFICAÇÃO

CIBERSEGURANÇA

INOVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

BALANÇO GERAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Fomentar o financiamento de longo prazo

INICIATIVAS DO GRUPO

- **Apoio técnico** a demandas dos fóruns relacionadas com certificação e formação de profissionais de mercado:
 - ▶ **Qualificação da distribuição:** elaboração de estudos sobre qualificações para profissionais que atuam com distribuição. Foram avaliados o conteúdo programático da certificação da Ancord para agentes autônomos e as certificações da Finra para diferentes atividades de distribuição nos Estados Unidos (os sales representatives e os financial advisors)
 - ▶ **Ações educacionais: ETFs, Fundos de Investimento no Exterior:** elaboração de treinamentos e webinars sobre ETFs e fundos de investimento no exterior para os participantes do Fórum de Distribuição
- **Formação de compliance:** desenvolvimento de um curso, com realização de aulas para uma turma piloto, sobre compliance para profissionais que atuam em assets
- **Cursos online:** desenvolvimento e implantação de cursos sobre valuation, renda fixa, fundos estruturados (FIDC, FIP e fundos imobiliários) e índices de renda fixa
- **Parceria com universidades:** realização de palestras e videoaulas sobre carreiras no mercado financeiro em universidades como Kroton, Mackenzie, FIA (Fundação Instituto de Administração). Também foram assinados convênios para concessão de bolsas de certificação para universidades e centros de formação de profissionais, como o Insper, CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e o projeto de inclusão do Infi-Febraban com a faculdade Zumbi dos Palmares
- **Agenda Aberta:** realização de evento com escolas preparatórias para certificações do mercado. O encontro contou com a apresentação da nossa agenda de certificação e discussão das necessidades de mercado

GRUPOS CONSULTIVOS



SUMÁRIO

		OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	Fomentar o financiamento de longo prazo	<p>O objetivo da iniciativa é promover conteúdo que auxilie os juízes nas decisões relacionadas ao mercado de capitais. Em conjunto com a CVM e com a Abrasca, foi estruturado um plano de aula para ser implementado em 2020. Ele foi construído com base em um dos livros que será lançado na Série TOP da autarquia (série de livros que fazem parte do Programa de Treinamento de Professores, conduzido pelo Comitê Consultivo de Educação da CVM).</p> <p>O plano inclui objetivos de cada aula, a carga horária, a lista de tópicos que serão abordados (ementa), a relação de cada aula com o livro TOP da CVM e uma indicação de bibliografia complementar. As aulas são divididas por módulos, podendo ser adaptadas às necessidades específicas dos diferentes públicos do poder judiciário.</p> <p>Ainda definiremos a melhor forma para disponibilizar as aulas. Entre as possibilidades, estão workshops presenciais, oferecimento em universidades e/ou um curso online na Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).</p>
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Promover aproximação com o judiciário	
	MACROECONÔMICO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS	
	PRECIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um programa educacional contínuo que inclua os temas mais relevantes sobre mercado de capitais para subsidiar as decisões do Poder Judiciário 	
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS	DESAFIOS
	SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> CVM Abrasca 	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento de agenda com os agentes do Poder Judiciário Cadastro do curso na Enfam para que os créditos sejam válidos para os alunos Necessidade de alinhamento das ações com iniciativas já existentes no Comitê Consultivo de Educação da CVM

GRUPOS CONSULTIVOS

PERMANENTES

CERTIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO

MACROECONÔMICO

PRECIFICAÇÃO

CIBERSEGURANÇA

INOVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

INICIATIVAS DO GRUPO

- **Como Investir em Você:** lançamento da segunda edição do curso, “Seja um Investidor”. Além de ensinamentos sobre finanças pessoais, as aulas contam com um simulador de investimentos, no qual é escolhido um objetivo (como a viagem dos sonhos ou uma pós-graduação no exterior) e são percorridos 12 passos, que representam os meses do ano, para alcançá-lo. Foi atingida a marca de 36.657 estudantes aprovados na primeira edição do curso, chamada “Planeje sua Liberdade”, e mais de 100 mil inscritos desde o lançamento das aulas, em 2014. O curso é oferecido a 13 universidades parcerias, de norte a sul do país, além do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola).
- **Jornada do Investimento em Fundos:** elaboração de pesquisa qualitativa para medir a compreensão dos brasileiros sobre fundos de investimento. Foram feitas entrevistas com investidores, reuniões com especialistas no tema e um workshop com membros do grupo e da equipe interna da Associação. Os resultados foram apresentados aos associados ao longo do ano. O material serviu de base para começarmos a discutir formas de simplificar a comunicação sobre o produto e aproximá-lo dos investidores.
- **Raio X do Investidor:** realização da segunda edição da pesquisa que busca analisar as motivações dos brasileiros na hora de investir e seu conhecimento sobre a aposentadoria. O instituto Datafolha entrevistou 3.452 pessoas em todo o Brasil, coletando informações referentes a 2018. Os resultados foram amplamente divulgados em nossos canais, na imprensa e apresentados em eventos exclusivos para associados, como o Agenda Aberta e o ANBIMA Debate. A terceira edição está em andamento, com dados de 2019, e será lançada em 2020. O intuito é repetir as perguntas todos os anos para acompanhar e comparar o comportamento da população ao longo do tempo.
- **Semana Mundial do Investidor:** participação na campanha global promovida pela Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários) para conscientizar as pessoas sobre a importância da educação financeira e da proteção dos investidores. Nossa contribuição foi incentivar os associados e os profissionais com CEA (Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA) a realizarem ações educativas sobre finanças e investimentos. Eles receberam uma apresentação com conceitos básicos sobre o tema e dados da pesquisa Raio X do Investidor. No total, foram feitas mais de 35 ações, entre palestras, workshops, vídeos e transmissões online.
- **Seminário Como Investir:** realizado paralelamente ao 10º Congresso de Fundos, foi a primeira edição do evento voltada diretamente para os investidores. Mais de 600 pessoas assistiram a uma noite de palestras com especialistas sobre planejamento financeiro e produtos, como fundos de investimento, ações, títulos públicos e privados.

CERTIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO

MACROECONÔMICO

PRECIFICAÇÃO

CIBERSEGURANÇA

INOVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

BALANÇO GERAL

INICIATIVAS DO GRUPO

- **Reuniões:** realização de sete encontros ordinários do grupo em fevereiro, março, maio, junho, julho, setembro e outubro, além da reunião final marcada para dezembro. Também aconteceram quatro reuniões extraordinárias com os membros da SPE (Secretaria de Política Econômica), incluindo Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica. Outra reunião extraordinária ocorreu em novembro, para receber Mansueto Almeida, Secretário do Tesouro Nacional. Em todos os encontros, foram discutidas as medidas de políticas econômicas do governo e as perspectivas do grupo em relação à conjuntura econômica do país
- **Relatórios Macroeconômicos:** divulgação de sete relatórios, publicação que traz os debates e as projeções feitas nas reuniões ordinárias para indicadores como taxa Selic, câmbio, PIB e inflação. Também foram coletadas e divulgadas, até novembro, 34 projeções mensais de IGP-M e 22 projeções mensais do IPCA, que são utilizadas como referência para negócios com títulos de renda fixa atrelados a esses índices
- **Encontros técnicos:** participação na elaboração da Agenda ANBIMA de Gestão de Recursos: caminho para o desenvolvimento, contribuindo com dados e análises do cenário macroeconômico. O material foi o pano de fundo de uma mesa-redonda no 10º Congresso de Fundos, que contou com a presença de quatro membros do grupo para debater as perspectivas macroeconômicas diante da mínima histórica da taxa Selic.
- **Encontros com a imprensa:** realização de evento no Estadão, com a participação de jornalistas do Broadcast, serviço de notícias em tempo real do jornal, em junho. Há ainda um encontro no Valor Econômico agendado para dezembro para discutir as perspectivas da conjuntura econômica do país.

GRUPOS CONSULTIVOS

PERMANENTES
CERTIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO

MACROECONÔMICO

PRECIFICAÇÃO

EMERGENTES
CIBERSEGURANÇA

INOVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

BALANÇO GERAL

INICIATIVAS DO GRUPO

- **Precificação diária de CRIs e CRAs:** início da divulgação de taxas e preços indicativos para CRAs e CRIs (Certificados de Registros do Agronegócio e Imobiliários, respectivamente). Para isso, foi definida a metodologia, avaliação dos ativos que se enquadram na precificação, levantamento da amostra das instituições que enviam taxas para a precificação (chamadas de precificadoras) e testes de novos sistemas de cálculo. Também foi feita a adequação das rotinas operacionais e definição dos controles necessários para incluir os novos ativos nos cálculos e nas publicações diárias.
- **Análise sobre precificação de novos ativos privados:** desenvolvimento de estudo sobre a viabilidade da precificação de Letras Financeiras. A demanda para avaliar qual outro produto de investimento poderia ser precificado pela Associação surgiu após a implementação da precificação de CRIs e CRAs.
- **Revisão, simplificação e unificação de documentos:** revisão dos documentos que descrevem as metodologias e os critérios para envio de preços e taxas. O objetivo é unificar, no próximo ano, os oito materiais em apenas dois documentos, sem alterar as nossas regras para consolidação dos preços. Além disto, foi enviado um novo termo de adesão a essa metodologia para as instituições precificadoras.
- **Estudo sobre modelo de incentivos:** discussão sobre os possíveis incentivos para atrair e manter um número maior de instituições na base de precificadoras. O trabalho está em discussão para ser implementado no próximo ano.

GRUPOS CONSULTIVOS

PERMANENTES

CERTIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO

MACROECONÔMICO

PRECIFICAÇÃO

CIBERSEGURANÇA

INOVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

EMERGENTES

BALANÇO GERAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Conduzir ações em cibersegurança para aumento da resiliência do sistema financeiro

INICIATIVAS DO GRUPO

- Aplicação da 5ª edição da pesquisa internacional de cibersegurança para assets no Brasil, desenvolvida pela Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários) e pelo ICI (Instituto das Companhias de Investimento)
- Participação no Comitê de Cibersegurança da IIFA (Associação Internacional de Fundos de Investimento), grupo que busca avaliar ações conjuntas no tema entre associações de fundos ao redor do mundo

GRUPOS CONSULTIVOS



PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Conduzir ações em cibersegurança para aumento da resiliência do sistema	RESUMO Quatro tópicos concentraram as ações sobre esta iniciativa: nossa pesquisa de cibersegurança; testes de penetração; teste sistêmico; e avaliação de ferramentas de compartilhamento de informações sobre segurança cibernética. Entenda cada um deles: <ul style="list-style-type: none"> Os resultados da nossa Pesquisa de Cibersegurança de 2018 foram apresentados ao BC, à CVM e à Febraban em fevereiro. Foram levantadas melhorias para a terceira edição do levantamento, que está sendo organizado e será realizado no primeiro semestre de 2020. Ao longo do primeiro semestre, foram aplicados testes de penetração em 15 gestoras associadas. Os trabalhos foram coordenados pela consultoria Tempest, contratada exclusivamente para isso. As atividades terminaram em julho, quando cada participante recebeu um relatório sobre suas atividades. Além disso, foi elaborado um documento para a Associação que consolida as principais vulnerabilidades e as recomendações resultantes do teste. O material foi divulgado para os associados e para o público em geral. Também está em debate uma nova rodada de testes de penetração para o próximo ano. Na segunda metade do ano, foram avaliadas iniciativas de compartilhamento de informações sobre incidentes cibernéticos. Uma delas foi uma ferramenta disponibilizada pela FS-Isac (Financial Services Information Sharing and Analysis Center, um grupo global de compartilhamento de informações sobre incidentes cibernéticos) e disponibilizada para adesão voluntária dos associados. Outra iniciativa testada foi uma ferramenta de compartilhamento criada pela RTM (Rede de Telecomunicações para Mercado). Durante 90 dias, alguns membros do grupo consultivo avaliaram e aprovaram o uso. Avaliação sobre cenários para teste sistêmico no segundo semestre. Foi feita a avaliação de fornecedores e o assunto será aprofundado em 2020.
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Promover ações de compartilhamento de testes e informações	
	MACROECONÔMICO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none"> Resultados e recomendações decorrentes dos testes pilotos de penetração e avaliação de novos programas Avaliação de iniciativas de compartilhamento de informações sobre incidentes e desafios para promover troca de informações sobre o tema entre as instituições Aprimoramentos para a terceira edição da nossa pesquisa sobre cibersegurança no mercado 	
	PRECIFICAÇÃO		
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none"> BC FS-Isac CVM RTM Febraban Tempest 	
	SUSTENTABILIDADE	DESAFIOS <ul style="list-style-type: none"> Identificar soluções de compartilhamento de informações sobre incidentes que atendam aos diversos tipos e tamanhos de instituições associadas Identificar escopo para programa de testes sistêmicos 	

GRUPOS CONSULTIVOS



PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Conduzir ações em cibersegurança para aumento da resiliência do sistema	RESUMO Mantivemos contato com a Febraban ao longo do ano para tratar de diversos tópicos relacionados à cibersegurança. Foi dada especial atenção para o compartilhamento de informações de incidentes por dois motivos: entrada de instituições da América Latina na FS-Isac (Financial Services Information Sharing and Analysis Center, grupo global de compartilhamento de informações sobre incidentes cibernéticos) e o aumento da exigência pelos reguladores, que divulgaram resoluções e instruções estabelecendo obrigações de compartilhamento de informação e harmonizando as normas brasileiras com o cenário internacional. No segundo semestre, montamos um grupo de trabalho com a CVM para discutir segurança cibernética, do qual fazem parte a SMI (Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediário) e a nossa equipe interna. A primeira iniciativa do GT foi a realização de um webinar com a autarquia, em setembro, sobre a publicação da ICVM 612, que faz alterações na Instrução 505 (que trata de padrões para as operações do mercado para intermediários). Mais de 310 pessoas assistiram ao evento online. Também enviamos propostas de aprimoramento à norma para a autarquia. Além disto, iniciamos interlocuções com a ABBC este ano. As primeiras conversas foram para compartilhar as pautas das duas entidades a respeito de segurança cibernética.
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Avaliar ações conjuntas com outras entidades	
	MACROECONÔMICO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS	
	PRECIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Ações de compartilhamento de informações e avaliação de ações conjuntas com a ABBC e a Febraban Ações conjuntas com a CVM após edição da Instrução 612 para intermediários 	
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS	DESAFIOS
	SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Febraban ABBC CVM FS-Isac 	<ul style="list-style-type: none"> Harmonizar os itens em discussão de acordo com as prioridades de cada entidade.

GRUPOS CONSULTIVOS

PERMANENTES

CERTIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO

MACROECONÔMICO

PRECIFICAÇÃO

CIBERSEGURANÇA

INOVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

EMERGENTES

BALANÇO GERAL

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE AÇÃO DE 2019

- Realizar discussões sobre o perímetro regulatório para novas tecnologias
- Conduzir ações de aproximação da comunidade de inovação

INICIATIVA DO GRUPO

- Avaliação de questões relacionadas a criptoativos para interlocução com os reguladores

GRUPOS CONSULTIVOS



		OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	Realizar discussões sobre perímetro regulatório para novas tecnologias	As discussões sobre o tema abordaram, principalmente, os aspectos técnicos da governança proposta pelo BC para esse sistema aberto, que deve incluir um regime próprio de autorregulação. Durante o primeiro semestre, avaliamos o formato dessa governança, com base em uma estrutura separada em três níveis: deliberativo (que toma as decisões sobre o sistema), gestor (que faz a gestão das atividades em curso no open banking) e técnico (que desenvolve os códigos e aspectos técnicos). Ao longo do segundo semestre, as discussões avançaram sobre qual seria o escopo de atuação da governança do open banking. Também foram avaliados os dados, produtos e serviços incluídos no projeto, assim como as especificações relacionadas à experiência do usuário e à forma de cobrança pelo uso das informações e serviços pelos participantes. Durante o ano, atualizamos os organismos de representação da ANBIMA para assegurar a disseminação de informações sobre o projeto. Também mantivemos contato com outras associações do mercado, como Febraban, ABBC (Associação Brasileira de Bancos) e ABBI (Associação Brasileira de Bancos Internacionais). No final de novembro, o BC divulgou uma consulta pública sobre o open banking, chamado de Sistema Financeiro Aberto. O edital traz regras para a sua implementação, incluindo escopo, abrangência, responsabilidades, requisitos mínimos para a operacionalização do modelo, entre outros. Responderemos a consulta até o final de janeiro de 2020.
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Promover discussão sobre open banking no Brasil: definição da arquitetura e implementação	
	MACROECONÔMICO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Aspectos técnicos relacionados à governança da autorregulação do open banking• Escopo de dados, produtos e serviços incluídos nas diferentes etapas do projeto• Requerimentos para experiência do usuário• Condições para cobrança entre instituições participantes do sistema	
	PRECIFICAÇÃO		
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• BC• Febraban• ABBC• Associações	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Complexidade da governança para implementação do sistema, dado o número de participantes, ausência de definição prévia quanto ao seu escopo e potenciais custos envolvidos
	SUSTENTABILIDADE		

GRUPOS CONSULTIVOS



		OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	Realizar discussões sobre perímetro regulatório para novas tecnologias	<p>Diversos reguladores estão desenvolvendo projetos próprios para a criação de um sandbox regulatório no Brasil. No LAB (Laboratório de Inovação Financeira), mantivemos contato com a CVM, com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e com a ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento) e participamos da elaboração das diretrizes para o desenvolvimento de um sandbox.</p> <p>Respondemos ao primeiro edital para audiência pública do sandbox da CVM, divulgado em agosto. Nossas contribuições se concentraram, principalmente, em: previsão de candidaturas em qualquer momento após a constituição do sandbox, e não somente durante o início dos ciclos definidos pelo regulador; reforço da possibilidade de atuarmos como parceiros em questões operacionais e de governança das atividades; e o estabelecimento de condições, limites e processos para os participantes.</p> <p>Acompanhamos os desdobramentos da consulta pública da Susep sobre o tema, analisando os principais tópicos da minuta e comparando o texto ao projeto da CVM.</p> <p>Está em análise, ainda, a consulta pública do BC sobre o tema, divulgada no final de novembro, que propõe a criação de um espaço para testes de produtos e modelos de negócios inovadores para um grupo limitado de clientes. As instituições que participarem estarão sujeitas a requisitos regulatórios específicos nesses testes. Responderemos a consulta até o final de janeiro de 2020.</p>
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Realizar discussão sobre sandbox regulatório	
	MACROECONÔMICO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Padronização dos sandboxes entre os reguladores nacionais• Análise comparativa das experiências internacionais• Possíveis contribuições do setor privado para operacionalização do sandbox regulatório• Cronograma para participação nos testes, incluindo possibilidade de adesão ao longo de um ciclo em andamento	
	PRECIFICAÇÃO		
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• CVM• BC• LAB	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Se o sandbox for realmente implementado por diferentes reguladores, é possível que haja diferenças de requisitos em cada projeto. Isso pode dificultar a realização de testes que contemplem diferentes atividades
	SUSTENTABILIDADE		

GRUPOS CONSULTIVOS



PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Realizar discussões sobre perímetro regulatório para novas tecnologias	RESUMO Foi elaborado um estudo sobre DLT e criptoativos, abordando conceitos, uma proposta de classificação para esses ativos e questões relacionadas ao uso e à regulação desses instrumentos. O material traz uma proposta de classificação para os criptoativos feita com base nos casos de uso desses ativos. Eles foram divididos em duas categorias: utility tokens (aqueles que têm utilidade em si mesmos, sem representar nenhum objeto além deles próprios, como as criptomoedas e platform tokens) e proxy tokens (representam digitalmente um bem ou direito, por exemplo, o token RMG da Royal Mint, que representa um grama de ouro). O estudo foi apresentado ao Departamento de Regulação do BC, que discutiu alguns pontos considerados mais relevantes no material. O documento também foi apresentado, entre outras ocasiões, no LAB (Laboratório de Inovação Financeira da CVM), em grupos da Febraban e divulgado em nossos canais de comunicação.
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Realizar discussão sobre uso do DLT e criptoativos	
	MACROECONÔMICO		
	PRECIFICAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Usos e responsabilidades da aplicação da DLT (Distributed Ledger Technology)• Desenvolvimento de uma classificação para os criptoativos• Distinção entre novas formas de construir instrumentos tradicionais e novos instrumentos feitos de forma inteiramente digital	
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS <ul style="list-style-type: none">• BC• Febraban• LAB	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Preocupações sobre temas como proteção do investidor, integridade dos mercados, lavagem de dinheiro e segurança cibernética
	SUSTENTABILIDADE		

GRUPOS CONSULTIVOS



PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Realizar discussões sobre perímetro regulatório para novas tecnologias	RESUMO A partir de conversas com diferentes fóruns, foram identificados gargalos do mercado que poderiam ser resolvidos pela digitalização de títulos e processos: voto a distância para debêntures, assinatura eletrônica de contratos, desmaterialização de notas promissórias e CCBs. Cada um desses assuntos foi mapeado, incluindo o estágio atual da discussão sobre regulação, proposta de aprimoramento e iniciativas já desenvolvidas na Associação. O resultado do levantamento foi encaminhado aos fóruns, que seguem tratando iniciativas específicas. Dentro desse trabalho, o grupo avaliou a possibilidade de elaborar documentos e títulos (particularmente os títulos cartulares) de modo digital. Além disso, começamos a interagir com o BC para ajudar na regulamentação da escrituração de CCBs, que foi autorizada por meio da MP do Agro (897), lançada em outubro.
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Coordenar iniciativas voltadas para digitalização de títulos e processos	
	MACROECONÔMICO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS <ul style="list-style-type: none">• Voto a distância em assembleia de debêntures• Assinatura eletrônica de contratos• Desmaterialização de notas promissórias e CCB (Cédula de Crédito Bancário)	
	PRECIFICAÇÃO		
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS	DESAFIO <ul style="list-style-type: none">• Casos que ainda exigem alteração legislativa, como a desmaterialização de notas promissórias
	SUSTENTABILIDADE		

GRUPOS CONSULTIVOS

		OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO	
PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	Realizar discussões sobre perímetro regulatório para novas tecnologias	<p>Foi feito amplo levantamento sobre o impacto das novas tecnologias na distribuição, com base na análise de estudos recentes dos mercados nacional e internacional e reuniões com especialistas. O material avalia questões como demografia (as gerações se comportam de formas distintas em relação aos investimentos), descentralização (presença de novos agentes no mercado) e individualização dos serviços, além do crescente uso de plataformas eletrônicas e o aumento da transparência sobre as formas de remuneração dos agentes.</p> <p>Entre as conclusões, notou-se que, no Brasil, em função das características do nosso mercado e da menor variedade de produtos em relação aos mercados internacionais, as soluções tecnológicas em distribuição são mais utilizadas quando há ganhos de escala, como no varejo.</p> <p>O mapeamento foi discutido pelo Fórum de Distribuição em outubro e, depois, apresentado novamente ao grupo consultivo. As conclusões do debate serão encaminhadas aos fóruns de representação em dezembro. Além disto, algumas das tendências identificadas anteriormente foram utilizadas para subsidiar nossa resposta à consulta pública da CVM sobre agentes autônomos de investimento, em julho.</p>	
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA		
	MACROECONÔMICO	Mapear impactos das novas tecnologias na distribuição		
	PRECIFICAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS		
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none">• Tendências da atividade no Brasil e no exterior• Mudanças regulatórias feitas no exterior sobre transparência na remuneração e responsabilidades dos agentes de distribuição• Impacto dessas mudanças no desenvolvimento dos modelos de negócios de distribuição		
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDOS	DESAFIO	
	SUSTENTABILIDADE		<ul style="list-style-type: none">• Mudanças na forma de interação entre as instituições reguladas e seus clientes durante a distribuição de produtos de investimento	

GRUPOS CONSULTIVOS

		OBJETIVO ESTRATÉGICO	RESUMO
PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	Conduzir ações de aproximação da comunidade de inovação	Após discussões sobre o formato do prêmio, definiu-se pela realização de um Pitch Day para mercado de capitais, ou seja, um evento em que startups e fintechs apresentam soluções para desafios pré-estabelecidos.
	EDUCAÇÃO	Desenvolver prêmio de inovação no mercado de capitais	Foram escolhidos 20 temas com base em conversas com lideranças e representantes dos fóruns de estruturação de mercado de capitais, negociação e distribuição. Os assuntos foram divulgados nas inscrições, abertas em setembro. Mais de 60 empresas indicaram ter soluções para um ou mais dos referidos desafios.
	MACROECONÔMICO		Após a análise das propostas, 15 startups foram selecionadas para se apresentarem no Pitch Day, em 23 de outubro, no nosso escritório em São Paulo. Elas mostraram suas soluções a uma plateia composta por associados e representantes de entidades do mercado, que puderam avaliar os projetos em três quesitos: qualidade da solução, da apresentação e aderência ao negócio.
	PRECIFICAÇÃO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS	Todos os projetos inscritos foram reunidos em um e-book. O material foi enviado em primeira mão aos associados e, depois, divulgado para o público em geral.
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none">• Realização de um Pitch Day para mercado de capitais, em vez de um prêmio tradicional• Desafios nos segmentos de estruturação de ofertas, negociação e distribuição	
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDO	DESAFIOS
	SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none">• Fintechs e startups	<ul style="list-style-type: none">• Definição dos temas e gargalos com base nas demandas comuns aos associados consultados• Avaliação de soluções junto às fintechs e startups voltadas ao mercado de capitais

GRUPOS CONSULTIVOS



PERMANENTES	CERTIFICAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO Conduzir ações de aproximação da comunidade de inovação	RESUMO <p>Após discussões sobre o conteúdo do e-book, definiu-se que ele seria elaborado com base no nosso Pitch Day para mercado de capitais, reunindo informações sobre startups e fintechs que desenvolvem soluções para os desafios que identificamos.</p> <p>O Pitch Day envolveu a seleção de 20 tópicos nos segmentos de estruturação de ofertas, negociação e distribuição. Mais de 60 startups se inscreveram para o evento, sendo que 15 delas foram selecionadas para se apresentarem a uma plateia formada por associados e representantes de entidades do mercado.</p> <p>As soluções inscritas foram reunidas em um e-book, que também continha informações básicas sobre cada startup e os contatos dos seus fundadores. O material foi enviado em primeira mão aos associados e, depois, divulgado para o público em geral.</p>
	EDUCAÇÃO	INICIATIVA Disponibilizar e-book de fintechs e startups	
	MACROECONÔMICO	PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS	
	PRECIFICAÇÃO		
EMERGENTES	CIBERSEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none">Definição sobre o objetivo do e-book	
	INOVAÇÃO	ENVOLVIDO	DESAFIOS
	SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none">Fintechs e startups	<ul style="list-style-type: none">Definir a lista de temas e gargalos com base nas demandas comuns aos associados consultadosEncontrar as soluções junto às fintechs e startups voltadas ao mercado de capitais

GRUPOS CONSULTIVOS

PERMANENTES
CERTIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO

MACROECONÔMICO

PRECIFICAÇÃO

EMERGENTES
CIBERSEGURANÇA

INOVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

BALANÇO GERAL

INICIATIVAS DO GRUPO

- **Guia ASG:** desenvolvimento de um guia para auxiliar as instituições a entenderem melhor o que são investimentos sustentáveis e incentivar os gestores a incorporarem aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança) em suas tomadas de decisões. A publicação atende à necessidade do mercado brasileiro de se adaptar ao maior interesse dos investidores estrangeiros por esse tipo de produto.
- **Renovabio:** elaboração da regulamentação dos CBIOs, os certificados de biocombustíveis que devem ser lançados no próximo ano. O trabalho aconteceu dentro do RenovaBio, iniciativa do Ministério de Minas e Energia da qual participamos desde 2017. O RenovaBio é uma política de Estado para traçar uma estratégia conjunta que reconheça o papel estratégico de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira, tanto para a segurança energética como para a mitigação de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.
- **Pesquisa com gestoras sobre investimentos ASG:** divulgação da nossa segunda pesquisa sobre uso de critérios ASG por gestoras, elaborada no ano passado. O material esteve em pauta no 10º Congresso de Fundos, em reunião da Comissão Intrasetorial da Febraban e foi apresentado em dois eventos internacionais da indústria de fundos, na Argentina e no Chile.



Outros
TEMAS

Algumas iniciativas estabelecidas no plano de ação não estavam incorporadas às atividades de nenhum fórum ou grupo consultivo.

Elas foram trabalhadas por grupos específicos da equipe interna - é o caso das melhorias nos processos de supervisão e da revisão do Conselho de Ética.

Confira as ações do ano nas próximas páginas.

OUTROS TEMAS



SUPERVISÃO

CONSELHO
DE ÉTICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Equipar a supervisão da ANBIMA com novas tecnologias

INICIATIVA

Desenvolver projeto para inclusão/utilização de machine learning e inteligência artificial em processos da supervisão de fundos

PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS

- Análise de dados
- Avaliação de fintechs
- Automação de processos
- Inteligência artificial

ENVOLVIDOS

RESUMO

A iniciativa foi desenvolvida em quatro frentes:

- **Inteligência artificial:** criação de um projeto piloto para uso de inteligência artificial e machine learning (quando sistemas identificam padrões e os utilizam como base para atuar de forma automática) na supervisão de fundos. Foi testada a aplicabilidade do projeto para verificar parte dos campos utilizados no registro de um novo fundo na base de dados da Associação e alcançado um alto nível de acertos. Estamos avaliando uma empresa parceira para dar continuidade ao trabalho.
- **Automação:** elaboração de estudo sobre o uso de robôs em tarefas que não exigem decisão humana. Foram identificados mais de 40 processos possíveis e seis deles foram aprimorados com uma ferramenta de automação. Ela complementou e otimizou o trabalho de análise das informações. Entre as atividades, estão: identificação e avaliação de fatos relevantes na CVM (como atas de assembleias, mudanças de taxas de administração, entre outros comunicados no site da autarquia enviados pelas instituições); análise de gestores não aderentes aos códigos ANBIMA; identificação de problemas com as certificações; elaboração de comunicados e cartas de orientação; etc. O uso da tecnologia foi satisfatório e pode ser ampliado.
- **Análise de dados:** uso de ferramenta de análise de dados para aprimorar relatórios de gestão da equipe interna. Está em avaliação expandir a utilização para supervisões baseadas em risco feitas nas instituições.
- **SSM:** aprimoramento do sistema utilizado na troca de informações com o mercado. Foram lançados novos módulos para facilitar a alteração de dados cadastrais e o envio de documentos pelas instituições. Também foram digitalizadas atividades de supervisão periódica, além da abertura e acompanhamento de processos.

Além disto, está prevista para o final do ano uma rodada de apresentações de fintechs e regtechs (startups de tecnologia voltadas à regulação) para mapearmos outras oportunidades de mercado.

DESAFIOS

- Necessidade de avaliar documentos físicos nos processos
- Quantidade de variáveis utilizadas nos processos decisórios
- Grande volume de dados a serem tratados

OUTROS TEMAS



SUPERVISÃO

CONSELHO
DE ÉTICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer as atividades e ferramentas de verificação do cumprimento dos princípios éticos

INICIATIVA

Reestruturar e fortalecer o Conselho de Ética
Propor novo Código de Ética

PRINCIPAIS TEMAS DISCUTIDOS

- Atuação, proatividade, autonomia e composição do conselho
- Alcance do Código de Ética nas instituições do mercado
- Revisão do modelo de filiação/adesão

ENVOLVIDOS

- Accenture
- BMA Advogados

RESUMO

A iniciativa foi desenvolvida pela Assessoria Jurídica da Associação e busca reformular as discussões éticas na ANBIMA. Esse processo envolve a revisão da composição, governança e competências do Conselho de Ética, trazendo maior força e independência para as decisões do órgão.

A consultoria Accenture foi contratada para auxiliar nesse trabalho. Ela ouviu diversos stakeholders, como os membros do conselho, diretores e especialistas na área, incluindo um professor internacional de assuntos éticos, e apresentou uma proposta de reorganização da pauta ética na Associação. Também foi feita uma sugestão para a nova composição e governança do órgão e de suas competências.

A proposta conceitual (ou seja, o conceito que coordenará as mudanças, sem conter necessariamente um detalhamento de ações específicas) dessa reestruturação foi aprovada pela Diretoria em outubro. A partir de então, foi contratado o escritório BMA – Barbosa, Müssnich Aragão Advogados para nos auxiliar na construção dos pilares para o novo Conselho de Ética. As mudanças incluem a alteração do estatuto social da ANBIMA, do Código de Ética e, eventualmente, dos Códigos de Autorregulação. O material será enviado para aprovação da Diretoria e, depois, da Assembleia Geral.

DESAFIO

- Ampliação do Código de Ética para as instituições aderentes à autorregulação e evitar a sobreposição entre as atividades dos conselhos de Autorregulação e de Ética

EXPEDIENTE

Relatório de iniciativas 2019

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Marcelo Billi

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Marineide Marques

REDAÇÃO

Flávia Nosralla

DIAGRAMAÇÃO

Kelly Anias

PRESIDENTE

Carlos Ambrósio

VICE-PRESIDENTES

Carlos André, Carlos Constantini,
José Eduardo Laloni, Luiz Sorge, Miguel Ferreira,
Pedro Lorenzini, Renato Ejnisman e Sérgio Cutolo

DIRETORES

Adriano Koelle, Alcindo Canto, Fernando Rabello, Jan
Karsten, Julio Capua, Luiz Chrysostomo, Luiz
Fernando Figueiredo, Lywal Salles Filho, Pedro
Juliano, Pedro Rudge, Saša Markus, Teodoro Lima e
Thaís Peters

COMITÊ EXECUTIVO

Zeca Doherty, Ana Leoni, Francisco Vidinha,
Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Eliana
Marino, Lina Yajima, Marcelo Billi, Soraya Alves e
Thiago Baptista

RIO DE JANEIRO

Praia de Botafogo, 501 - 704, Bloco II,
Botafogo, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22250-042
Tel.: (21) 2104-9300

SÃO PAULO

Av. das Nações Unidas, 8501, 21º andar,
Pinheiros, São Paulo, SP - CEP: 05425-070
Tel.: (11) 3471-4200